

Negociação e sua urgência

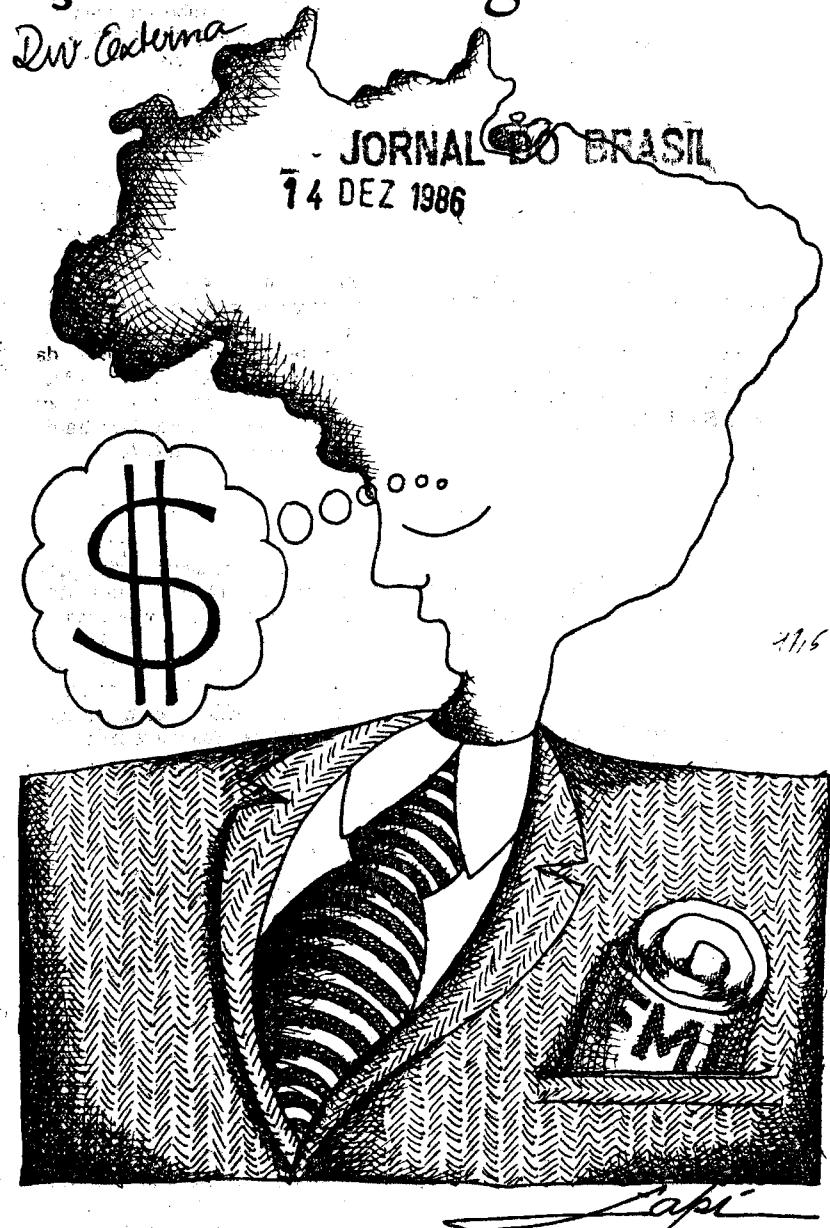
Barbosa Lima Sobrinho

A Argentina não procurou fazer mistério. Curvou-se, desde logo, à orientação do Fundo Monetário Internacional. O Brasil tomou caminho diferente. Falou mal do FMI e combateu a sua influência, sem levar em conta a sua natureza de xerife das finanças mundiais, tal como havia sido desejado pela conferência de Bretton Woods. Seu destino era mesmo o que lhe vem sendo atribuído, o de dar atestados de bom comportamento aos devedores que pretendessem acertar a sua posição, em face dos bancos responsáveis. O mundo estava dividido em dois blocos, o dos que tinham créditos a vencer, e o dos eternos devedores, que compõem o chamado Terceiro Mundo. E quando se esperava uma atitude mais firme e coerente do Brasil, em face de suas declarações anteriores, o que se vê é uma posição hesitante, que leva até a supor que a extinção do Banco Nacional de Habitação poderia interessar, e comover, os oráculos do Fundo Monetário Internacional.

Na verdade, o programa do Fundo não é assim tão pormenorizado. O que ele reclama são medidas de qualquer natureza, que possam reduzir o déficit público, que leva o nosso país a emitir tem descanso e a entupir o mercado de títulos da dívida pública nacional. O que não chega a ser culpa do atual Governo, pois que, na verdade, é a mesma política que se vinha fazendo nas administrações anteriores. Que autoridade, por exemplo, pode ter o Sr. Delfim, para deblatrar contra normas a que nunca deixou de obedecer?

O caso do Banco Nacional da Habitação não era o único a que se reportava o programa do atual Governo. Não sei se foi o Funaro, ou algum de seus assessores, que falou na necessidade de chegar a alcançar uma economia de não menos de 31 mil demissões, que deviam resultar de não sei quantas autarquias suprimidas. Creio que foi a piedade que livrou da publicação os decretos-leis que, pelo tempo em que estão sendo estudados, deviam encher não sei quantas páginas do Diário Oficial. Piedade mais pelos compositores do jornal do Governo, do que pela sorte dos funcionários demitidos. Embora não se chegassem a examinar se se tratava de atos acabados, ou se viriam a depender da decisão de outros poderes, vamos dizer o Judicário. Porque muitos desses funcionários já conquistaram estabilidade, pelo tempo de serviço público desempenhado. Aqui haveria campo para divergências entre os tecnocratas do Executivo e os juízes que vêm defendendo direitos dos demitidos. E como se tratasse de nomeações antigas, seria provável que não fossem poucos os que conquistassem a garantia da estabilidade. A que ficariam reduzidas as 31 mil demissões propaladas, na esperança de que levassem o Fundo Monetário a sorrir e a apresentar votos de confiança?

Nem creio que se tenha feito cálculo aproximado do que poderiam representar, em função do déficit existente. Porque não falta quem nos diga que se tratava de uma quantia irrisória, muito longe da extinção do sinal vermelho nas contas do Governo. Tanto mais quando não haveria tão-somente cortes. Tratava-se, também, de aumentar despesas, com a transferência de órgãos administrativos, e/ou substituição das autarquias, para exercerem algumas das funções que esta-



vam a elas atribuídas. Teriam que se mudar para Brasília, que exigiria, naturalmente, ajuste de ordenados, dadas as condições peculiares da Nova Capital, cuja eficiência depende do número dos automóveis disponíveis. Sem falar que a crise de habitações, em Brasília, trouxe para o serviço público um déficit avaliado em três mil apartamentos ou casas de residência. Como resolver esse problema senão à custa de dinheiro, acrescentando essas novas despesas ao déficit que se procura combater, paradoxalmente, por meio de novas despesas?

E ainda não seria tudo. Essas autarquias ameaçadas, ou incluídas no cálculo das 31 mil demissões das declarações do Sr. Funaro, ou de seus assessores, sustentam-se com taxas que, na maioria dos casos, são suficientes para as cobertura de suas despesas. A extinção não acarretaria, honestamente, a supressão dessas taxas? Algumas até dão saldos, como se verificaria num estudo isento de paixões e de preconceitos. Para que fossem cobertas com a verba do serviço público, teríamos, naturalmente, aumento e não redução do déficit público.

Não é por outras razões que combatemos soluções arquitetadas no sigilo da tecnocracia, que costuma partir mais dos resultados que imagina do que da presença de uma realidade inelutável. Há enorme influência de tendências utópicas nos que se acreditam donos dos fatos, ou que terão nelas uma 'famulagem cordata e prestimosa. E quando a realidade não abona os seus cálculos, não fazem outra cousa do que se queixar dos fatos. Como se o destino ou a obrigação deles fosse contribuir para a glória dos tecnocratas.

Ou será que basta desejar um resultado para que ele se apresente, com uma docilidade exemplar? Como nessa questão da dívida externa, quando não fazemos outra cousa do que esperar concessões dos próprios banqueiros, interessados na cobrança da dívida total, com os juros extorsivos com que ele veio crescendo, indiferente ao destino dos povos sacrificados. Onde já se viu banqueiros fazendo concessões? Nos últimos anos, não tenho feito outra cousa do que recordar Shylock, que pouco se importava com a sorte do devedor, se cumprida a exigência contratual da libra de carne, cortada o mais perto possível do coração. A lição magnífica está em Shakespeare, no Mercador de Veneza. Pois Shylock não é mais do que o retrato dos credores.

Que restará aos devedores? Implorar piedade, mesmo que o pagamento importe, como dizia Tancredo Neves, na miséria do povo, tese que o presidente José Sarney adotou com a mesma sinceridade e a mesma energia? Não será também fantasia esperar a boa vontade dos credores? Ou devemos ter a coragem de dizer realmente o que podemos pagar, sem o sacrifício do povo brasileiro, e esperar que os banqueiros digam se aceitam as nossas cláusulas ou se preferem a moratória? Porque, nesse caso, a moratória será realmente unilateral, por decisão dos próprios banqueiros. Tanto mais que, na verdade, não estaremos fazendo mais do que interpretar o sentido das concordatas, colocado entre duas alternativas: ou o pouco possível, ou o nada de quem não deseja chegar ao sacrifício, ou a fome de um povo, que não concorre, de modo algum, para o gigantismo da dívida, contraída, toda ela, a sua revelia.